

DINÂMICA “DOS MALES O PIOR” ENQUANTO PRÁTICA PARA A AUTOGESTÃO E INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

OLIANI, Fabiana S.¹; MARTINS, Leila A. Severo² – Universidade do Vale do Itajaí
fabiana.oliani@univali.br; leilasevero@univali.br
Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq – Processo 441901/2017
GT 1 - Formação em economia solidária e extensão universitária

*Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho
caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.*

Paulo Freire

RESUMO

A prática da autogestão requer de trabalhadoras e trabalhadores o exercício da democracia nos empreendimentos pois o trabalho baseia-se na cooperação e solidariedade. A incubação destes, enquanto extensão universitária, é um processo formativo contínuo voltado para a vivência da organização autogestionária. A troca de conhecimentos durante este processo permite problematizar algumas questões triviais da autogestão e do cotidiano dos empreendimentos assessorados. Desta troca surgiu a dinâmica “Dos males o pior”, com o intuito de proporcionar a reflexão e o exercício da autogestão, considerando um rol de situações reais que ocorreram durante o processo de incubação de redes e empreendimentos pela ITCP/UNIVALI, principalmente relatadas em assessorias, durante feiras, em conversas informais, e registrados em documentos diversos como atas e relatórios de atividades. Na dinâmica as/os participantes avaliam qual “dos males o pior”, em seguida os grupos buscam soluções para tratar daquele considerado como maior mal à autogestão.

Palavras chaves: autogestão; empreendimentos econômicos solidários; dinâmica dos Males o Pior.

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca resgatar experiências vivenciadas nos processos de incubação de empreendimentos econômicos solidários – EES pela equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Itajaí/SC – ITCP/UNIVALI. A dinâmica dos Males o Pior – DMP foi elaborada a partir de grandes desafios da autogestão vivenciados na prática nos EES atendidos pela Incubadora, é uma espécie de leitura de mundo, que foi se fazendo na experiência de vida de algumas pessoas.

¹Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental – UDESC. Analista de Projetos Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIVALI.

² Mestre em Educação e Cultura – UDESC. Professora e Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNIVALI.

O trabalho com metodologias participativas se propõe a uma filosofia de mundo e de caminhos para a organização da sociedade, acompanhada de processos educativos e com práticas pedagógicas que orientam a perspectiva de recuperação da capacidade humana de pensar e de sentir.

Na economia solidária se faz necessário o estabelecimento de uma cultura democrática, fomentadora da autonomia da pessoa, e o exercício do poder de forma democrática não nascem e não estão imanentes com a natureza biológica humana. São dimensões da vida e da cultura que precisam ser apreendidos e praticados. Neste sentido as metodologias participativas são ferramentas que possibilitam o diálogo, a criação de espaços para a troca de ideias, a construção coletiva do conhecimento e a mobilização política.

O processo de incubação na economia solidária demanda ações educativas de formação, incubação, assessoramento técnico, desenvolvimento de tecnologias sociais, entre outras. Isto com vistas a difundir os princípios da economia solidária na implantação e implementação de um modelo econômico solidário. A incubação é um processo de formação em economia solidária orientado pelos fundamentos, princípios, práticas e metodologia da educação popular, a qual requer intercâmbio com organizações e redes que se constituem a partir dessa prática educativa. A troca de conhecimentos durante este processo permite problematizar algumas questões triviais da autogestão e do cotidiano dos empreendimentos assessorados. A economia solidária, como práxis pedagógica, têm como ponto de partida o chão da realidade, onde que constroem-se no fazer coletivo, na solidariedade e só têm sentido se são processos de conscientização no rumo de uma nova sociedade.

A educação é essencial para o avanço da economia solidária, e só pode ser aquela que *“quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender”* (Freire, 2002, p. 25). A ligação da educação popular com a economia solidária se deve ao fato que esta se apoiar em novos valores que, aplicados a atividades econômicas, exigem a invenção de novas práticas.

As ações educativas se tornam uma sucessão de possibilidades para vivenciar processos de decisão que se orientam pela aprendizagem construída historicamente. Com base nas inúmeras situações presenciadas ao longo de sua existência, o processo de incubação da ITCP junto aos EES proporcionou a reflexão sobre alguns pontos considerados cruciais para a efetiva autogestão, e possibilitou elencar seus principais desafios.

1 A prática da autogestão como exercício da democracia nos empreendimentos

A autogestão enquanto princípio da economia solidária caracteriza-se pela gestão coletiva e trabalho associado/cooperativado. É o que garante a democracia dentro dos EES. No Dicionário do pensamento marxista, Bottomore define autogestão de duas formas: em sentido estrito, quando se refere “[...] à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas nas empresas” (2001, p. 23). Nesta, os meios de produção são socializados e são de propriedade da totalidade dos trabalhadores; em sentido mais geral, “[...] é uma forma democrática de organização de toda a economia, constituída de vários níveis de conselhos e assembleias” (2001, p. 23). A autogestão é uma forma de organização social que propõe aos trabalhadores e trabalhadoras o protagonismo nas atividades do empreendimento. Para Singer, “Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas”. (2002, p.16). Nas empresas capitalistas, a administração é hierárquica, heterogestionária, as decisões acontecem de cima para baixo. Além disso, o conhecimento da empresa, pelos trabalhadores e trabalhadoras, acaba sendo menor, pouco além do necessário para cumprir suas tarefas.

A economia solidária representada principalmente por um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma de autogestão, tem além da autogestão os princípios da solidariedade, cooperação, sustentabilidade, democracia, desenvolvimento humano, responsabilidade social, participação e igualitarismo (ASSEBURG; OGANDO, 2006, p. 13). Na economia solidária, os EES podem assumir diferentes formas de organização solidária, com personalidade jurídica enquanto cooperativas, associações; empresas recuperadas; “empresas solidárias”, ou sem personalidade jurídica como grupos solidários, redes solidárias, clube de trocas, etc. Estas organizações solidárias desenvolvem diferentes atividades econômicas: produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, comércio justo e consumo solidário.

Para que um empreendimento seja considerado como iniciativa econômica e solidária, o mínimo necessário é que este cumpra a definição expressa na Portaria que institui o CADSOL³:

³ A Portaria MTE 1.780/2014 instituiu o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários - CADSOL. No CADSOL os EES recebem a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL que o reconhece os empreendimentos para acesso às políticas de apoio à economia solidária). Disponível em <http://portal.mte.gov.br/trabalhador-economia-solidaria/cadsol>. Acesso em 16 de setembro de 2018.

“Art. 2º Para fins desta Portaria, entende-se por Empreendimentos Econômicos Solidários aquelas organizações coletivas de caráter associativo e suprafamiliares que realizam atividades econômicas permanentes, cujos participantes são trabalhadores do meio urbano ou rural e exercem democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados.

§ 1º Os Empreendimentos Econômicos Solidários podem assumir diferentes formas societárias.

[...]

§ 3º Não serão considerados Empreendimentos Econômicos Solidários aqueles cujo objeto social seja a intermediação de mão de obra subordinada.”

Em relação à autogestão, destaca-se na Portaria a necessidade de que os EES sejam “organizações coletivas de caráter associativo” nas quais trabalhadoras e trabalhadores “exercem democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”. Esta definição coloca a autogestão como característica fundamental da economia solidária, a qual se concretiza a partir de um conjunto de práticas democráticas, seja em questões estratégicas ou cotidianas dos EES. É isto o que contribui para a emancipação do trabalho ao tornar cada associada/associado consciente e corresponsável pelos interesses e objetivos assumidos coletivamente.

Neste modelo de gestão, os EES membros participam das atividades econômicas e da decisão sobre a partilha dos seus resultados, de forma democrática. Para isto realizam reuniões ou assembleias periódicas para deliberação de questões relativas à organização das atividades realizadas pelo empreendimento. A dualidade entre o que gere e o que é gerido; entre o que planeja, organiza, comanda e controla, e o que executa, é a essência da heterogestão, ou seja, o contrário da autogestão, pois separa dois aspectos ligados ao trabalho humano: concepção e execução. Na autogestão, a concepção e execução são indissolúveis.

A autogestão é representada por um “conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado” (ALBUQUERQUE, 2003, p. 20). Estas práticas qualificam as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, expressam intencionalmente relações sociais mais horizontais. Sua adoção implica o equilíbrio de forças entre os atores dentro da organização “Tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona às/aos praticantes.” (SINGER, 2002, p. 21), pois a participação nas discussões e decisões do

coletivo, sua prática é para aquelas/es que gostam de participar e se realizam na luta por um outro modo de produção. A autogestão fomenta a espírito crítico todos a/os trabalhadora/es se tornam suas/seus administradora/es diretos.

A prática da economia solidária expressa o direito a outra economia a qual exige o reconhecimento de todas as formas de organização econômicas baseadas na cooperação, no trabalho associado, na autogestão e na sustentabilidade. As relações econômicas se pautam na construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável, ambientalmente sadia, organizadamente solidária e cooperativada, politicamente democrática, fortalecendo a cultura da solidariedade e da paz.

1.1 Autogestão e a sociedade organizadamente solidária e cooperativada

Está na semelhança ao modelo cooperativista ou forma cooperativada na qual há participação ativa de trabalhadores na administração e nos resultados. Todas/os fazem parte da administração e dos resultados o que contribui para a melhoria na administração de conflitos. A autogestão subentende a descentralização do poder, no que diz respeito ao comando, à autoridade, à hierarquia e às informações.

1.2 Autogestão e a sociedade politicamente democrática

Significa a participação nas ações e decisões, como forma democrática de superação de conflitos em torno de necessidades e objetivos em comum. É encontrar o ponto de equilíbrio entre cada membro da sociedade.

1.3 Autogestão e o fortalecimento da cultura da solidariedade e da paz

A educação e a participação social, com respeito e igualdade levam ao autogoverno e à evolução social. Isto porque na autogestão temos novas relações sociais nas quais os interesses individuais estão de detrimento dos interesses coletivos.

A autogestão na Economia Solidária “*tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona às/aos praticantes*” (SINGER, 2002, p. 21). Isto porque é necessário participar das discussões e decisões do coletivo, educar-se e conscientizar-se que participa de um outro modo de produção pois “*o maior inimigo da autogestão é o desinteresse, sua recua ao esforço adicional que a prática democráticas exige*” (SINGER, 2002, p. 21).. Sócios e sócias precisam se informar sobre o que ocorre no EES e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema.

Se, por exemplo, o empreendimento não realiza assembleia ou reunião coletiva de sócios ou tem instâncias de direção mais restritivas, ou decide pouca coisa nas reuniões são elementos que o afastam da gestão democrática das atividades. Mas pode haver exceções nos casos de grupos informais e pequenos, onde as decisões são tomadas no próprio cotidiano do serviço.

Destaca-se que a autogestão exige um esforço muito maior, pois além das sócias e dos sócios micro gerirem suas atividades em situações de trabalho, necessitam gerir, de forma coletiva, o próprio empreendimento, ou seja, preocupar-se com os problemas a ele pertinentes, em relação a produtos, produção, finanças. Aspectos motivacionais, que possuem um verdadeiro valor social, podem impulsionar a necessidade do esforço maior.

2 Incubação enquanto extensão universitária: a vivência nas organizações autogestionárias

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs são organizações que desenvolvem as ações de incubação de EES e que atuam primordialmente como espaços de estudos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias voltadas para a organização do trabalho, com foco na autogestão. A incubação de EES é entendida como o conjunto de atividades sistemáticas de formação e assessoria que abrange desde o surgimento até a conquista de autonomia organizativa e viabilidade econômica destes empreendimentos.

O cooperativismo popular é uma forma de organização social que gera emprego e renda, mantendo relação direta com a melhoria da qualidade de vida dos estratos mais pobres da população. Para que as cooperativas populares e outros EES sejam viáveis economicamente e sustentáveis socialmente, é necessário que possuam capacidade de autogestão, o que pode ser desenvolvido e aperfeiçoado pelas universidades.

A ITCP da UNIVALI surgiu no ano de 2004 com o Movimento de Empreendedorismo Universitário – MEU. É fruto de um debate coletivo, protagonizado pela Gerência de Extensão, a respeito da importância da universidade assumir seu papel na sociedade, especificamente de contribuir para o enfrentamento do problema do desemprego e do trabalho precário na cidade de Itajaí. Contribui efetivamente para a organização da Economia Solidária na região da Foz do Rio Itajaí.

Atualmente a ITCP da UNIVALI se configura como um Programa Permanente de Extensão, vinculado diretamente à Gerência de Extensão e Cultura. Desde sua criação, visa em suas atividades abrigar experiências associativas de geração de trabalho e renda dentro

dos princípios e valores de economia solidária, além de promover ações relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo a formação humana e profissional de estudantes de graduação, pós-graduação, egressos e voluntários, no diálogo entre universidade e comunidade. Atualmente organiza seu trabalho a partir de alguns eixos: comercialização, alimentação, artesanato, catadores, políticas públicas e atividades diversas de educação em economia solidária. A Incubadora conta com uma equipe multidisciplinar para atender as diferentes demandas advindas dos EES, e recebe investimento da universidade nesta atividade de extensão. Isto porque se constitui como um importante espaço onde se desenvolvem pesquisas teóricas e empíricas sobre economia solidária, cuja ação política pode voltar-se para atender uma classe social desprovida dos meios de produção.

A ITCP, enquanto entidade de apoio e fomento ao movimento da economia solidária, se propõe nos processos de incubação de EES e Redes Solidárias aos seguintes objetivos:

- a) geração de trabalho e renda, a partir da organização do trabalho, com foco na autogestão e dentro dos princípios de autonomia dos empreendimentos econômicos solidários;
- b) construção de referencial conceitual e metodológico acerca de processos de incubação e de acompanhamento de EES e Redes Solidárias pós-incubação;
- c) articulação e integração de políticas públicas e outras iniciativas para a promoção do desenvolvimento local e regional;
- d) desenvolvimento de novas metodologias de incubação de EES articuladas a processos de desenvolvimento local ou territorial;
- e) formação de discentes universitários em economia solidária; e
- f) criação cursos, estágios e outras ações, para a disseminação da economia solidária nas instituições de ensino superior.

Nestes quase 15 anos de atuação, inicialmente como Incubadora Social, e desde 2007/2008 como ITCP foi possível concretizar experiências inovadoras. Os resultados obtidos em termo de alternativas de geração de emprego e renda foram altamente positivos, agregando benefícios como a qualificação das/dos integrantes dos EES, o aumento da autoestima, além da construção e transferência de conhecimento sobre economia solidária pela universidade nas comunidades.

Um dos grandes desafios colocados para as incubadoras universitárias está na exigência de elaboração de uma nova cultura de trabalho. Essa cultura exige participação

das pessoas nos projetos de economia solidária e respeito ao diferente arranjo organizacional que esse tipo de organização exige; e isso, por si só, já compõe um desafio para as incubadoras. Afinal, trabalha-se com aspectos subjetivos e com valores de participação com alto nível democrático/coletivo, e este é o padrão que o cotidiano não valoriza. Há vantagens nesse tipo de trabalho, mas ele exige um novo paradigma de relações. Neste sentido existe uma preocupação intensa com a relação de assessoria, entre a equipe da incubadora e os trabalhadores, com a forma como são construídos e repassados os conteúdos, ou seja, como são implementadas as técnicas, o conhecimento da estrutura organizativa e coletiva e as orientações do processo de produção por parte das pessoas envolvidas por meio da educação popular.

Há, portanto, relações de afeto, confiança e cumplicidade junto com a função de transformação, de apoio à inclusão social e a melhoria de vida dos que participam das ações de incubação pela ITCP UNIVALI. O trabalho de assessoria se vincula a esses fatos, já que se relaciona ao aprender e ao entendimento da proposta de economia solidária. A troca de conhecimentos durante o processo de incubação de EES e Redes Solidárias permitiu problematizar algumas questões triviais da autogestão e do cotidiano dos empreendimentos assessorados.

3 A Dinâmica dos Males o Pior

No sentido de problematizar a autogestão trazendo os conhecimentos trocados durante o processo de incubação foi elaborada uma atividade educativa para discutir estas questões. Desta troca surgiu a dinâmica “Dos males o pior”, com o intuito de proporcionar a reflexão e o exercício da autogestão, considerando um rol de situações reais que ocorreram durante o processo de incubação de redes e empreendimentos pela ITCP/UNIVALI. Estas situações foram relatadas em assessorias, durante feiras organizadas pela Incubadora e por outras organizações, em conversas formais e informais, e registradas em documentos diversos como atas e relatórios de atividades.

Na dinâmica as/os participantes avaliam qual dos males é o pior para lidar na autogestão nos EES. Os grupos são formados por 5 ou máximo 10 pessoas, as quais deverão elencar, por prioridade, em ordem crescente, do menor para o maior, qual dos males é o pior para os EES. Esta etapa de elencar tem duração de 20 a 30 minutos. Segue abaixo o rol de males que são apresentados:

Ex.a) Ruídos de comunicação: cotidianamente alguém do grupo esquece de avisar algo importante;

- Ex. b) Atrasos e faltas injustificadas no dia de trabalho e para outros compromissos;*
- Ex. c) Desinteresse por parte das/os integrantes do grupo em participar das discussões;*
- Ex. d) Não participação por parte das/os integrantes do grupo nas decisões;*
- Ex. e) Liderança não compartilhada;*
- Ex. f) Monopolização das informações por parte de um/a integrante do grupo;*
- Ex. g) Conflitos de interesses entre as/os participantes do grupo;*
- Ex. h) Um/a das participantes do grupo oferece produtos ou serviços de baixa qualidade e que não estão de acordo com os princípios do comércio justo e solidário;*
- Ex. i) Diminuição do número de participantes do grupo para aumentar a retirada dos demais;*
- Ex. j) Dificuldade de encontrar canais efetivos de comunicação entre as/os participantes do grupo.*

Estas situações foram estrategicamente escolhidas porque sendo a autogestão tomada como projeto da economia solidária, possibilita saber, no entanto, a que propósito serve, quais são seus mecanismos de ação, sua viabilidade e potencialidades e, principalmente, quais são suas limitações estruturais.

Após priorizar os três piores males, os grupos terão que encontrar soluções para os referidos males, podendo ser uma ou mais alternativas. Nesta etapa são reservados de 20 a 30 minutos. Em seguida se passa a socialização dos resultados. Nesta etapa são trazidas algumas questões para discussão: como foi realizar a atividade? De que forma o grupo conseguiu chegar a um consenso? Como avaliam o trabalho do grupo?

Esta dinâmica foi aplicada em duas ocasiões, a primeira durante um dos módulos de um curso de formação em Economia Solidária oferecido no município de São José/SC para empreendedoras e empreendedores participantes da Feira da Freguesia, realizada um domingo por mês no Centro Histórico. Na segunda ocasião foi aplicada a um grupo de aproximadamente 40 pessoas, que estudavam para o ingressar no Centro Público de Economia Solidária de Itajaí Idalina Maria Boni - CEPESI. Nas duas ocasiões durante a socialização dos resultados pode-se perceber a diversidade nas escolhas do pior mal, porém a resposta para a resolução dos males sempre perpassou pelo diálogo entre as/os integrantes dos grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autogestão deve ser vista em duas dimensões, como forma de organização: econômica e política. Estas formas precisam ser entendidas de modo inseparável no processo de incubação de empreendimentos. Faz-se necessária uma visão ativa, dinâmica e, particularmente, participativa de metodologias para o exercício desse fenômeno educativo. A autogestão também se expressa por um sistema aberto de ensino e aprendizagem, que possibilita a troca das visões e dos demais jeitos do sentir e do agir nas relações entre as/os integrantes dos EES.

Nos processos de incubação dos EES se busca a afirmação da propriedade coletiva e da gestão compartilhada dos meios e instrumentos de produção, implicando diretamente na partilha dos resultados da atividade econômica. E isto é o que aproxima a economia solidária de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza.

Fazer com que o conhecimento produzido torne a universidade capaz de oferecer conhecimento à sociedade, especialmente aos EES, é fazer com que o conhecimento seja produzido ao interesse do movimento da economia solidária.

O fenômeno de produção e apropriação da autogestão por meio de dinâmica reforça o papel essencial da educação popular. Na economia solidária a educação popular está permeada pelo ideário dos direitos humanos, centrada em uma base política estimuladora de transformações sociais e orientada por anseios humanos de liberdade, justiça, igualdade e felicidade. Na educação popular tem-se uma pedagogia que potencializa a participação das pessoas, construída por conteúdos e técnicas de avaliação apropriadas com base política definida, no caso a economia solidária, onde se encontra com uma pedagogia própria para o incentivo a uma cultura de direitos, uma cultura de democracia.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In CATTANI, A. A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003
- ASSEBURG, Hans Benno; OGANDO, Cláudio Barcelos. A economia solidária no Rio Grande do Sul. São Leopoldo. UNESCO/UNISINOS, 2006.
- BRASIL. 1º Plano Nacional de Economia Solidária para Promover o Direito de Produzir e Viver de Forma Associativa e Sustentável. Conselho Nacional de Economia Solidária. Brasília. 2015.
- DAGNINO, R; BRANDÃO, F. e NOVAES, H.. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: LASSANCE Jr, A. et. al. Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro. Fundação Banco do Brasil, 2004.
- DAGNINO, R. A adequação sócio-técnica como uma condição da economia solidária. Mimeo. DPCT. Campinas, 2003.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21 ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática para a liberdade. 26 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MELO Neto, J. F. (s/d). Metodologias participativas em Educação para os Direitos Humanos. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/04/4_8_netometodologias.pdf. Acesso em 16 de setembro de 2018.
- SATO, L.e ESTEVES, E. Autogestão: Possibilidades e ambigüidades de um processo organizativo peculiar. ADS-CUT. São Paulo, 2002.
- SINGER. Paul. Introdução à economia solidária. Perseu Abramo. São Paulo, 2002.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Revista Estudos Avançados, Vol. 18. nº 51. May/Aug. pp 7-22. São Paulo, 2004
- SINGER, P. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. Otra Economía, vol 1, n. 1. 2007. p. 14-16